



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOROZINHO

PPA

2014-2017

**PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO
2014 - 2017**

Lei nº 567/2013, de 25 de setembro de 2013



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOROZINHO

PPA

2014-2017

Prefeita: Argentina Sampaio Padilha



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOROZINHO

PPA 2014-2017

SUMÁRIO

Lei nº 567/2013, de 25 de setembro de 2013

Dimensão Estratégica

O Município

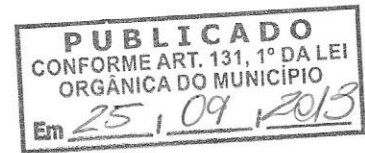
Orientações Estratégicas

Macroobjetivos

Dimensão Tática: Anexos

I – Demonstrativo dos Programas Temáticos

II – Demonstrativo dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços
ao Estado



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CHOROZINHO

LEI Nº 567/2013, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013

*Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município
para o período de 2014 – 2017.*

Faço saber que a Câmara Municipal de Chorozinho aprovou e eu, Prefeita de Chorozinho, nos termos do Art. 58 da Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º. Esta lei institui o Plano Plurianual do Município de Chorozinho para o período 2014 - 2017, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º da Constituição Federal e no disposto no Art. 64, VII, a da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º. O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas.

Art. 3º. O PPA 2014-2017 é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 4º. O PPA 2014-2017 terá como diretrizes:

- I – a gestão competente e transparente como garantia de eficiência nos gastos públicos na oferta de bens e serviços à sociedade;
- II – a valorização da educação, da saúde e da assistência social, como garantia de inclusão social e melhoria da qualidade de vida;
- III – a promoção do desenvolvimento urbano e ambiental com sustentabilidade, assegurando a preservação do ambiente natural frente ao construído;
- IV – a promoção dos instrumentos da democracia participativa para fortalecimento dos processos de decisão;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOROZINHO
Av. Raimundo Simplicio de Carvalho, S/N – Bairro Leirões – Fortaleza-Ce – CEP: 62.875-000
CNPJ Nº 23.555.279/0001-75 – CGF Nº 06.920.287-7
email: prefchorozinho@hotmail.com



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CHOROZINHO

V – o desenvolvimento econômico associado ao crescimento pessoal e profissional da classe trabalhadora;

VI – a mobilidade urbana sustentável como política pública de trânsito, transporte e uso e ocupação do solo, tratados de maneira conjunta e harmoniosa.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 5º. O PPA 2014-2017 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, assim definidos:

I - Programa Temático: que expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; e

II - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Município: que expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Art. 6º. O Programa Temático é composto por Objetivos, Indicadores e Valor Global.

§ 1º O Objetivo expressa o que deve ser feito, reflete as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas e tem como atributos:

I - Órgão Responsável: órgão cujas atribuições mais contribuem para a implementação do Objetivo;

II - Meta: medida do alcance do Objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa; e

III - Iniciativa: atributo que declara as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações governamentais, decorrentes ou não do orçamento.

§ 2º O Indicador é uma referência que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.

§ 3º O Valor Global é uma estimativa dos recursos orçamentários, necessários à consecução dos Objetivos, segregadas as esferas Fiscal e da Seguridade, com as respectivas categorias econômicas, e dos recursos de outras fontes.

Art. 7º. Integram o PPA 2014-2017 os seguintes anexos:

I - Anexo I - Programas Temáticos; e

II - Anexo II - Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOROZINHO
Av. Raimundo Simplicio de Carvalho, S/N – Bairro Leirões – Fortaleza-Ce – CEP: 62.875-000
CNPJ Nº 23.555.279/0001-75 – CGF Nº 06.920.287-7
email: prefchorozinho@hotmail.com



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CHOROZINHO

CAPÍTULO III
DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 8º. Os Programas constantes do PPA 2014-2017 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis de crédito adicional.

§ 1º As ações orçamentárias serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

§ 2º Nos Programas Temáticos, cada ação orçamentária estará vinculada a uma única Iniciativa, exceto as ações padronizadas.

Art. 9º. O Valor Global dos Programas, as Metas e os enunciados dos Objetivos não são limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis de crédito adicional.

Art. 10. Os orçamentos anuais, compatibilizados com o PPA 2014-2017 e com as respectivas leis de diretrizes orçamentárias, serão orientados pelas diretrizes expressas no art. 4º para o alcance dos Objetivos constantes deste Plano.

CAPÍTULO IV
DA GESTÃO DO PLANO
Seção I
Aspectos Gerais

Art. 11. A gestão do PPA 2014-2017 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, sobretudo, para a garantia de acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis às políticas públicas, e busca o aperfeiçoamento:

I - dos mecanismos de implementação e integração das políticas públicas; e

II - dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2014-2017.

Parágrafo único. Caberá à Secretana de Finanças definir os prazos, as diretrizes e as orientações técnicas complementares para a gestão do PPA 2014-2017.

Art. 12. O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo relatório anual de avaliação do Plano, que conterá:

I - avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;

II - situação, por Programa, dos Indicadores, Objetivos e Metas;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOROZINHO
Av. Raimundo Simplicio de Carvalho, S/N – Bairro Leirões – Fortaleza-Ce – CEP: 62.875-000
CNPJ Nº 23.555.279/0001-75 – CGF Nº 06.920.287-7
email: prefchorozinho@hotmail.com



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CHOROZINHO

Art. 13. O Poder Executivo promoverá a adoção de mecanismos de estímulo à cooperação federativa com vistas à produção, ao intercâmbio e à disseminação de informações para subsidiar a gestão das políticas públicas.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14. Para fins de atendimento ao disposto no § 1º do art. 167 da Constituição Federal, o investimento plurianual, para o período de 2014 a 2017, está incluído no Valor Global dos Programas.

Parágrafo único. A lei orçamentaria anual e seus anexos detalharão os investimentos de que trata o caput, para o ano de sua vigência.

Art. 15. A revisão do PPA será realizada:

I – pela Secretaria de Finanças a qualquer tempo, para a atualização das informações relativas:

- a) aos Indicadores dos Programas;
- b) aos Órgãos Responsáveis por Objetivos;
- c) às Iniciativas sem financiamento orçamentário;
- d) às Metas de caráter qualitativo, cuja implementação não impacte a execução da despesa orçamentária; e,
- f) às Metas de caráter quantitativo sem financiamento orçamentário.

II - pela Secretaria Finanças, ao menos uma vez por ano, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de abertura de créditos adicionais, mediante:

- a) alteração do Valor Global dos Programas;
- b) inclusão, exclusão ou alteração de Iniciativas;
- c) adequação da vinculação entre Iniciativas e ações orçamentárias; e
- d) inclusão, exclusão ou alteração de Metas;



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CHOROZINHO

III - por meio de projeto de lei de revisão nos casos em que seja necessário:


- a) criar ou excluir Programa ou alterar a sua redação;
- b) criar ou excluir Objetivo ou alterar a sua redação; e,
- c) criar ou excluir Metas e Iniciativas, ressalvadas as hipótese previstas nos incisos I e II do caput.

§ 1º As atualizações de que tratam os incisos I e II do caput serão informadas à Câmara de Vereadores.

§ 2º O projeto de lei de revisão que inclua ou modifique Programa Temático ou Objetivo deverá conter os respectivos atributos e observar a não superposição com a programação já existente no PPA 2014-2017.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOROZINHO, em 25 de setembro de 2013.


Argentina Sampaio Padilha
PREFEITA DE CHOROZINHO



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CHOROZINHO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

A Prefeita Municipal de Chorozinho, Estado do Ceará, ARGENTINA SAMPAIO PADILHA, em pleno exercício do cargo e no uso de suas atribuições, notadamente as conferidas pelo art. 28, inciso X, da Constituição do Estado do Ceará, RESOLVE publicar mediante afixação nos locais de acesso do público em geral no âmbito do Município de Chorozinho-CE e no site www.chorozinho.ce.gov.br, a **LEI MUNICIPAL Nº 567/2013, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013**, que DISPÕES SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O PERÍODO DE 2014-2017 DO MUNICÍPIO DE CHOROZINHO-CE.

PUBLIQUE-SE,

DIVULGUE-SE,

CUMPRA-SE.

Paço da Prefeitura Municipal de Chorozinho-CE, em 26 de setembro de 2013.


ARGENTINA SAMPAIO PADILHA
Prefeita Municipal

Av. Raimundo Simplicio de Carvalho, S/N - Centro
Email: prefchorozinho@hotmail.com - Pabx: (85) 3319 -1163
CNPJ: 23.555.279/0001-75 - Ins. Estadual: 06.920.287-7
CHOROZINHO-CE CEP: 62.875-000



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOROZINHO

PPA

2014-2017

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

Município: Chorozinho / CE

Apresentação

A seguir serão apresentadas Informações Municipais que tem como objetivo apresentar um conjunto básico de indicadores acerca de características demográficas, econômicas, sociais e da gestão do Município de Chorozinho, que subsidiam a elaboração do Plano Plurianual 2014-2017. Conhecer as tendências de crescimento da população, a base produtiva, mercado de trabalho e agricultura familiar, os desafios e avanços quanto à questão da pobreza, educação e saúde, assim como a capacidade de financiamento e gestão do município é etapa fundamental para elaboração de um Diagnóstico Situacional que sirva para definir os programas e ações estratégicos da Administração Municipal para os próximos anos.

O Município

Chorozinho é um município brasileiro do estado do Ceará. Localiza-se na Mesorregião do Norte Cearense. Aniversário no dia 13 de março de 1987 (26 anos). Fundação 1987. Gentílico chorozinhense. Prefeita (2013-2016) Argentina Sampaio Padilha (PSL)

Mesorregião	Norte Cearense IBGE/20081
Microrregião	Chorozinho IBGE/20081
Região metropolitana	Fortaleza
Municípios limítrofes	Norte: Pacajus, Leste: Cascavel, Sul: Ocara, Oeste: Barreira
Distância até a capital	40 km

Divisão Político-Administrativa

Divisão Territorial

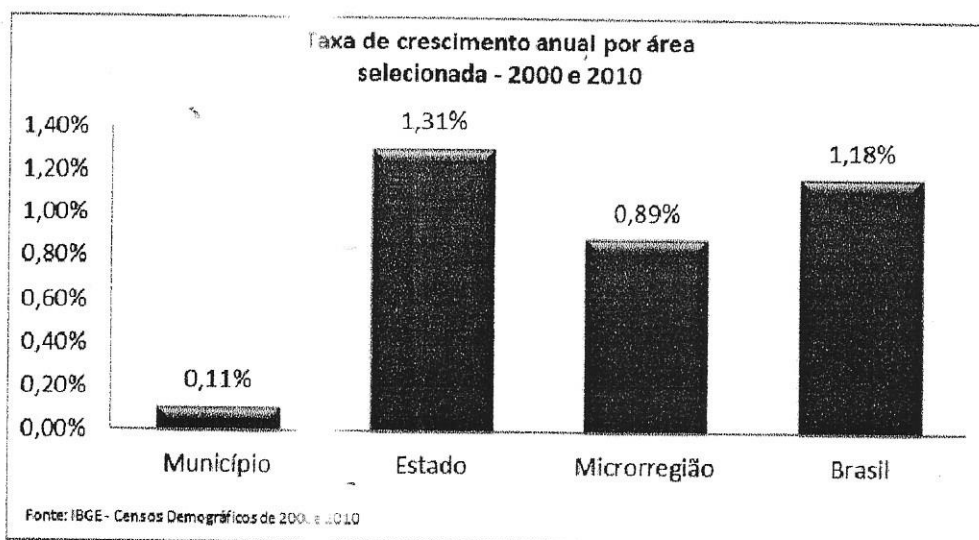
Códigos	Distritos	Ano de Criação
230395605	Chorozinho	1987
230395610	Campestre	1991
230395615	Cedro	1991
230395625	Patos dos Liberatos	1991
230395635	Timbaúba dos Marinheiros	1991
230395640	Triângulo	1991

Fonte: IBGE/IPECE.

Aspectos Demográficos

Demografia

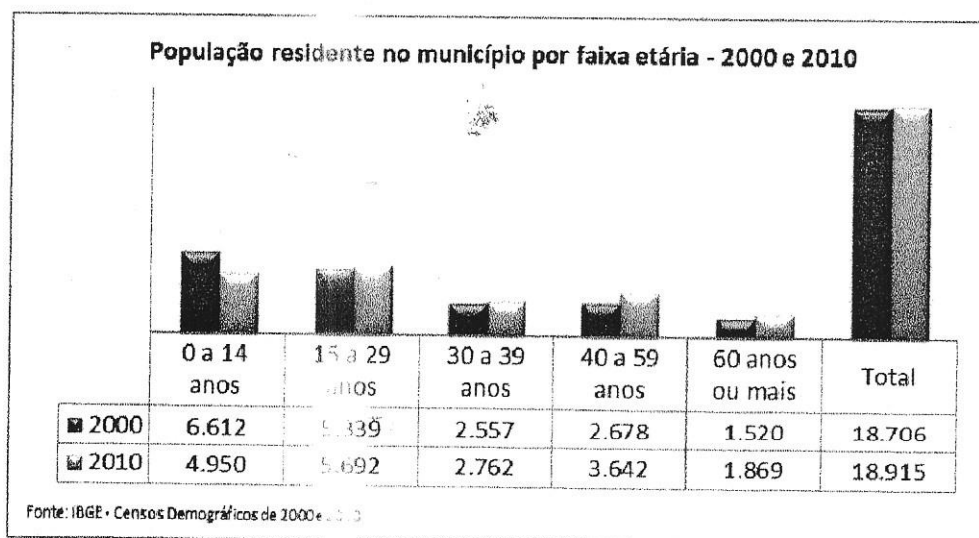
A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 0,11% ao ano, passando de 18.711 para 18.915 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 1,31% ao ano e inferior à cifra de 1,08% ao ano da Região Nordeste.



A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 50,65% e em 2010 a passou a representar 60,41% do total.

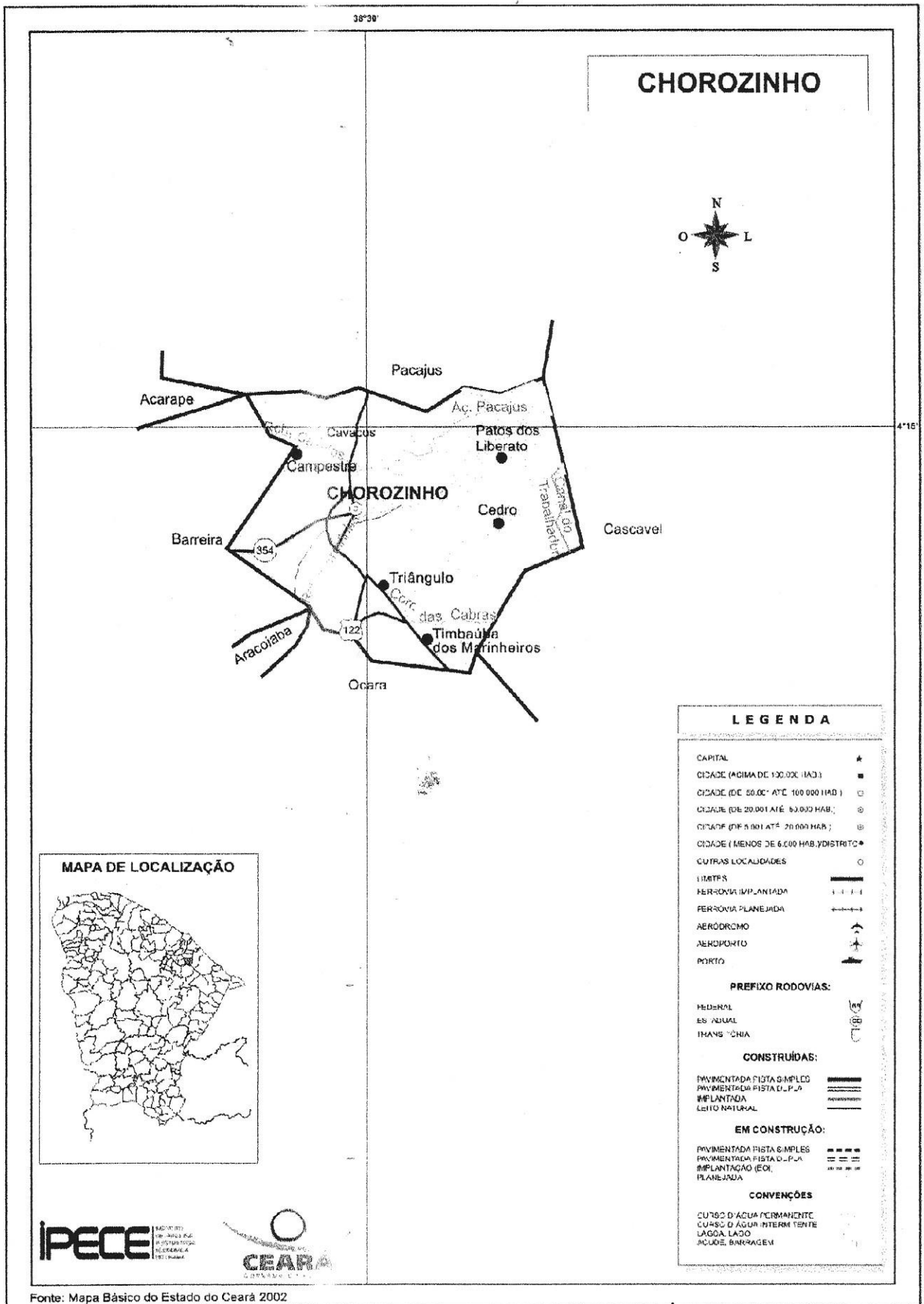
A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 2,1% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 8,1% da população, já em 2010 detinha 9,9% do total da população municipal.

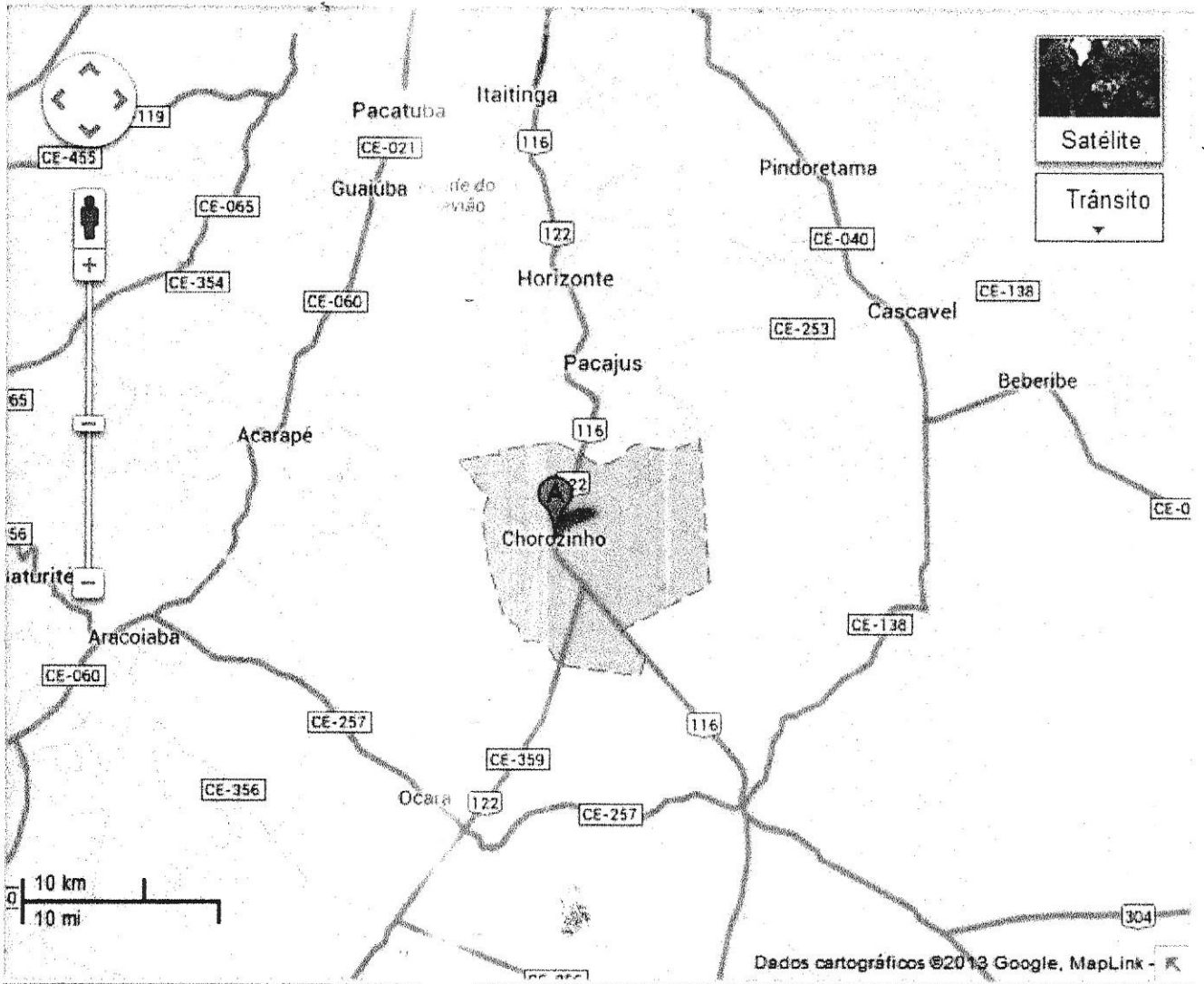
O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -2,9% ao ano. Crianças e jovens detinham 35,3% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 6.612 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 26,2% da população, totalizando 4.950 habitantes.

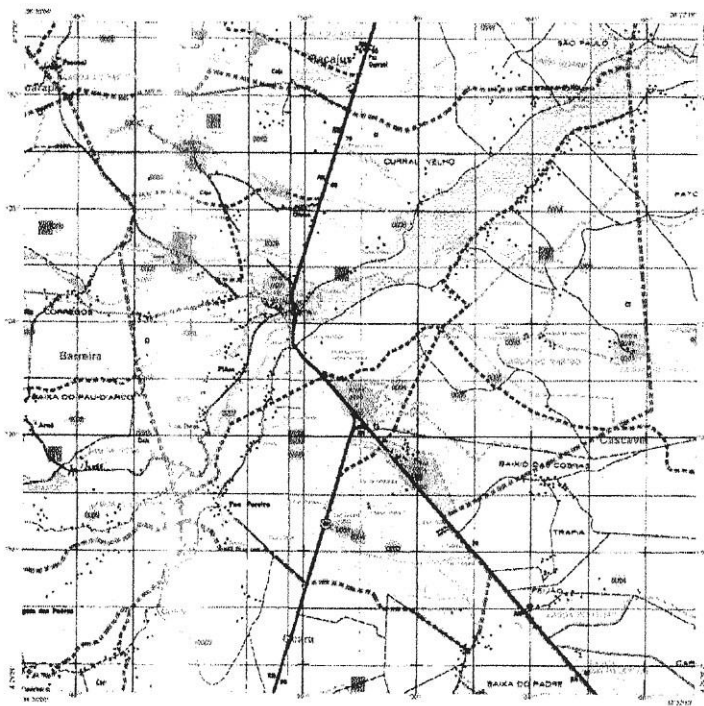


A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 1,35% ao ano), passando de 10.574 habitantes em 2000 para 12.096 em 2010. Em 2010, este grupo representava 63,9% da população do município.

Mapa e Localização







LEGENDA

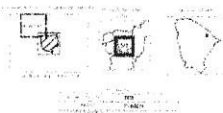
Símbolos para:

- Limites Municipais
- Limites do Estado
- Limites do País
- Distritos
- População
- Urbanização
- Áreas de Proteção Ambiental
- Parques Nacionais
- Parques Estaduais
- Parques Municipais
- Reservas Biológicas
- Áreas de Preservação Ambiental
- Áreas de Interesse Ecológico
- Áreas de Proteção do Patrimônio Cultural
- Áreas de Proteção do Patrimônio Histórico
- Áreas de Proteção do Patrimônio Arqueológico
- Áreas de Proteção do Patrimônio Paisagístico
- Áreas de Proteção do Patrimônio Religioso
- Áreas de Proteção do Patrimônio Científico
- Áreas de Proteção do Patrimônio Tecnológico
- Áreas de Proteção do Patrimônio Artístico
- Áreas de Proteção do Patrimônio Literário
- Áreas de Proteção do Patrimônio Musical
- Áreas de Proteção do Patrimônio Cinematográfico
- Áreas de Proteção do Patrimônio Teatral
- Áreas de Proteção do Patrimônio Circense
- Áreas de Proteção do Patrimônio Folclórico
- Áreas de Proteção do Patrimônio Gastronômico
- Áreas de Proteção do Patrimônio Arquitetônico
- Áreas de Proteção do Patrimônio Urbanístico
- Áreas de Proteção do Patrimônio Paisagístico Urbano
- Áreas de Proteção do Patrimônio Paisagístico Rural
- Áreas de Proteção do Patrimônio Paisagístico Natural
- Áreas de Proteção do Patrimônio Paisagístico Cultural
- Áreas de Proteção do Patrimônio Paisagístico Religioso
- Áreas de Proteção do Patrimônio Paisagístico Científico
- Áreas de Proteção do Patrimônio Paisagístico Tecnológico
- Áreas de Proteção do Patrimônio Paisagístico Artístico
- Áreas de Proteção do Patrimônio Paisagístico Literário
- Áreas de Proteção do Patrimônio Paisagístico Musical
- Áreas de Proteção do Patrimônio Paisagístico Cinematográfico
- Áreas de Proteção do Patrimônio Paisagístico Teatral
- Áreas de Proteção do Patrimônio Paisagístico Circense
- Áreas de Proteção do Patrimônio Paisagístico Folclórico
- Áreas de Proteção do Patrimônio Paisagístico Gastronômico
- Áreas de Proteção do Patrimônio Paisagístico Arquitetônico
- Áreas de Proteção do Patrimônio Paisagístico Urbanístico

Nome	População	Área (km²)	Densidade (hab/km²)
BARRA	1.200	100	12
CURRAL VELHO	1.500	120	12,5
BANCO DA CORONA	1.800	150	12
TRAPA	2.000	160	12,5
SANTA DE PADRE	2.500	200	12,5

MAPA MUNICIPAL ESTATÍSTICO

Este mapa apresenta a distribuição da população e a densidade populacional no município de Chorozinho, Ceará, em 2000. Os dados foram obtidos através do Censo Demográfico de 2000, realizado pelo IBGE.



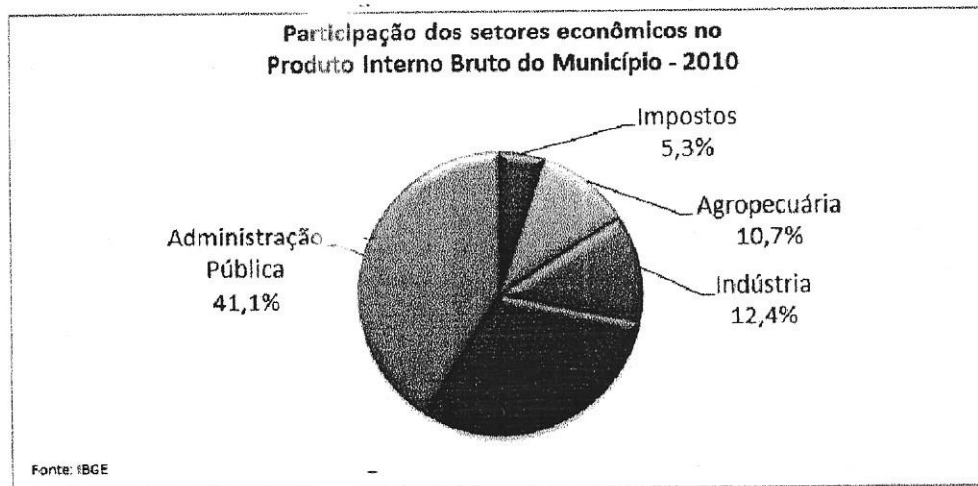
Chorozinho - CE

População em 2000: 10.000 hab.
 Área total: 100 km²
 Densidade populacional: 100 hab/km²

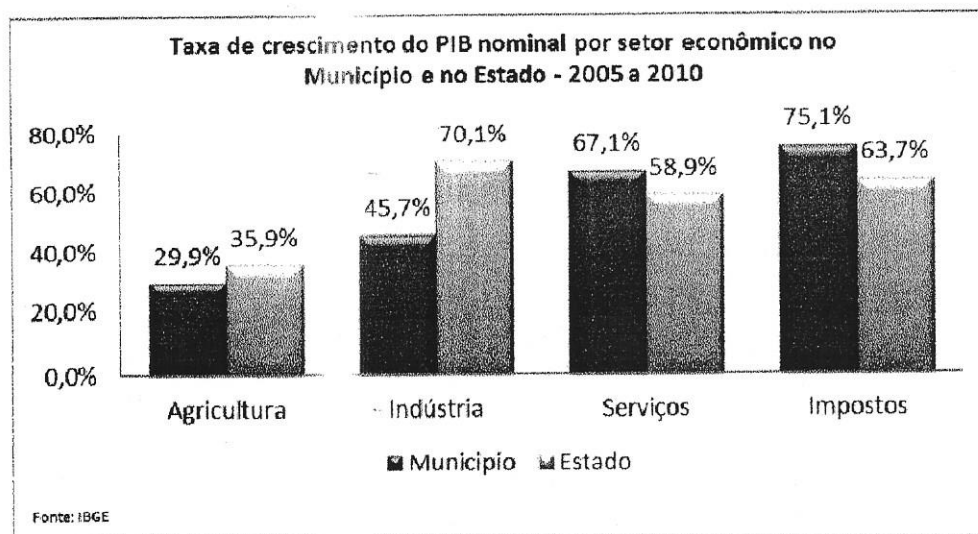
Aspectos Econômicos

Produção Econômica

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 58,9%, passando de R\$ 49,1 milhões para R\$ 78,0 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado, que foi de 60,5%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual diminuiu de 0,12% para 0,12% no período de 2005 a 2010.

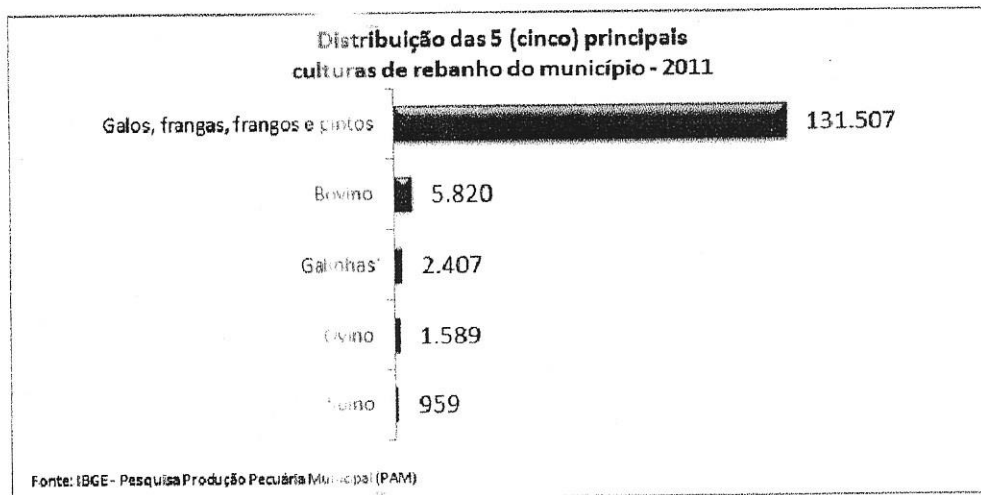


A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia por 70,6% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 10,7% em 2010, contra 11,7% em 2005. Variação contrária à verificada no Estado, em que a participação industrial cresceu de 11,7% em 2005 para 21,6% em 2010.

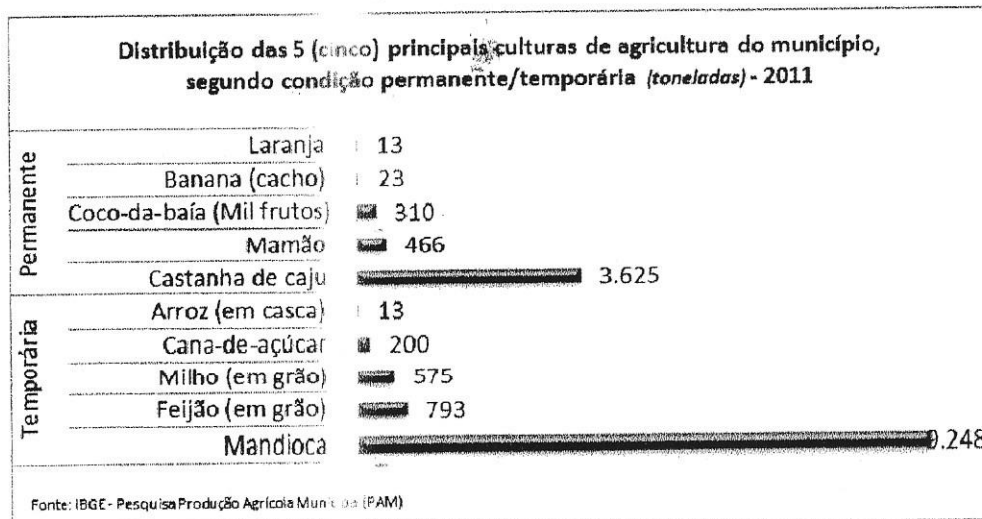


Produção Agropecuária

Quando analisamos os aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as 5 (cinco) principais culturas de rebanho local são as indicadas no gráfico abaixo:



Além do campo da pecuária, a supracitada pesquisa também fornece dados acerca da área de agricultura local. Neste caso, foram coletados dados acerca das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias, conforme demonstrado no gráfico que segue:



Agricultura Familiar

O município possuía 624 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 85% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 21% da área, ocupavam 78% da mão-de-obra do setor e participavam com 26% do valor da produção agropecuária municipal.

Atualmente, temos 1.580 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) neste município. A tabela abaixo apresenta esses dados relativos também ao seu Estado e ao Brasil:

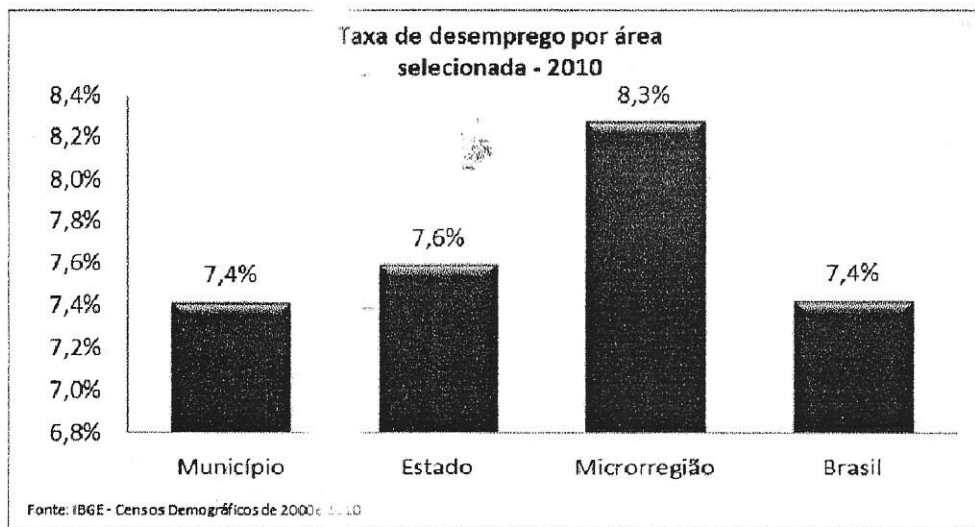
Quantidade de agricultores cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)	
Município	1.580
Estado	641.354
Brasil	4.395.395

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Mercado de trabalho

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 7.519 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 6.966 estavam ocupadas e 553 desocupadas. A taxa de participação ficou em 47,2% e a taxa de desocupação municipal foi de 7,4%.

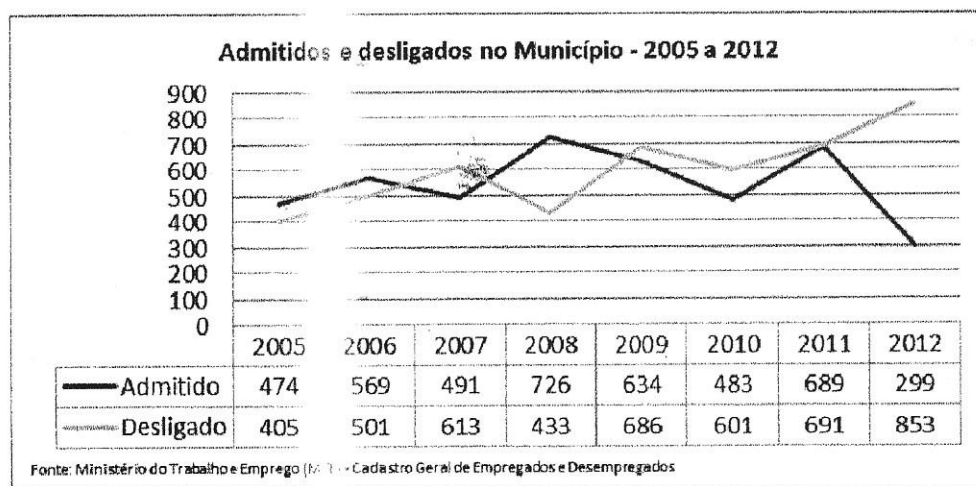
No tocante à taxa de desemprego, o gráfico abaixo fornece indicativos de maneira comparativa:



A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 29,7% tinham carteira assinada, 37,7% não tinham carteira assinada, 16,9% atuam por conta própria e 0,7% de empregadores. Servidores públicos representavam 3,8% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 11,1% dos ocupados.



Das pessoas ocupadas, 14,4% não tinham rendimentos e 78,7% ganhavam até um salário mínimo por mês. O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 531,97. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 597,48 e entre as mulheres de R\$ 461,37, apontando uma diferença de 29,50% maior para os homens. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por apenas três anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas perdidas neste período foi de 418. No último ano, as admissões registraram 299 contratações, contra 853 demissões.



O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 1.959 postos, 51,7% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 54,1% no mesmo período.

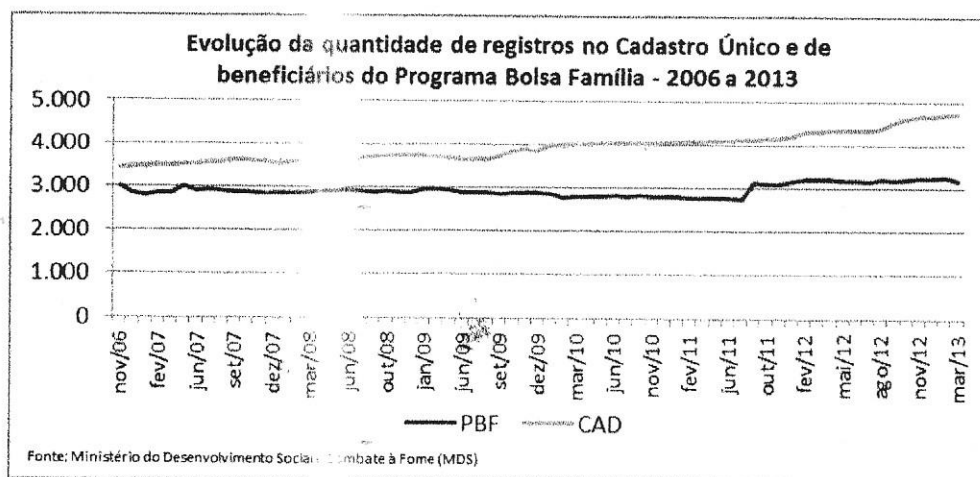
Aspectos Sociais

Pobreza e Transferência de Renda

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 18.915 residentes, dos quais 3.384 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 17,9% da população municipal vivia nessa situação. Do total de extremamente pobres, 1.694 (50,1%) viviam no meio rural e 1.689 (49,9%) no meio urbano.

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utiliza as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo *per capita*, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com 4.732 famílias registradas no Cadastro Único e 3.187 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (67,35% do total de cadastrados). O gráfico mostra a evolução desses cadastros para o seu município:

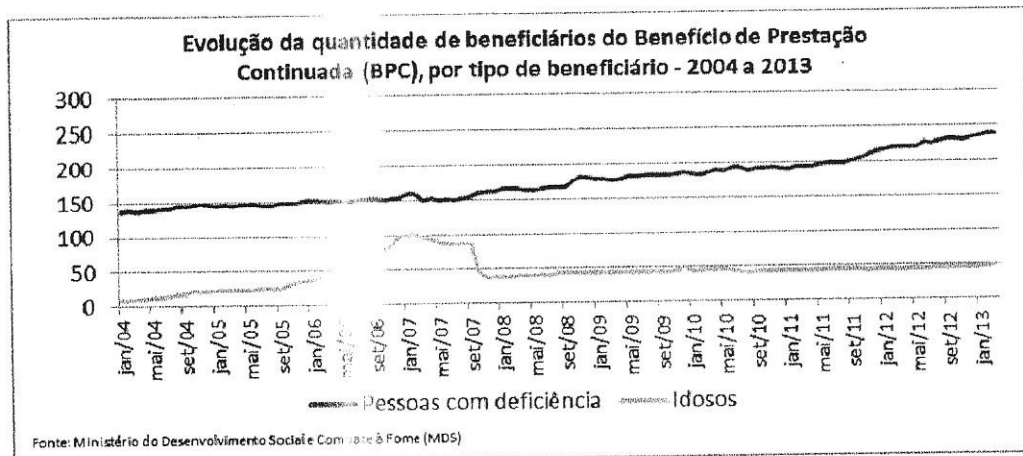


O município apresenta uma cobertura cadastral que supera as estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços na qualificação das informações registradas e na atualização dos dados familiares. Com isso, o município poderá abrir espaço para incluir no Bolsa Família as famílias em extrema pobreza já cadastradas e que ainda não recebem os benefícios.

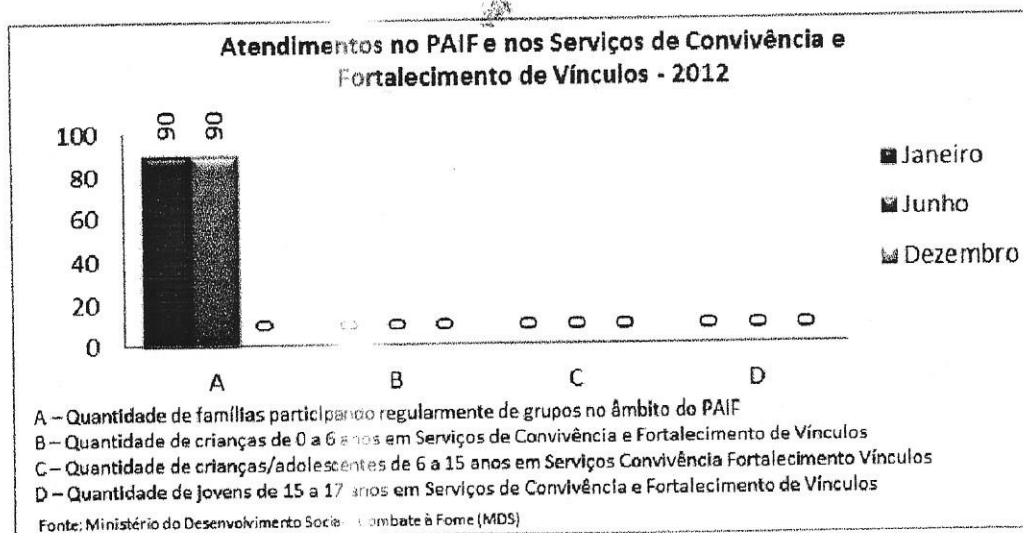
De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 78 famílias em situação de extrema pobreza.

Assistência Social

Os atendimentos realizados no âmbito da rede sócio assistencial também são importantes elementos para o diagnóstico do perfil social do seu município. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, tendo sido instituído ainda na Constituição Federal de 1988. No seu município, o gráfico abaixo confere informações acerca da quantidade de beneficiários de BPC considerando o período de 2004 a 2013, por tipo de beneficiário:

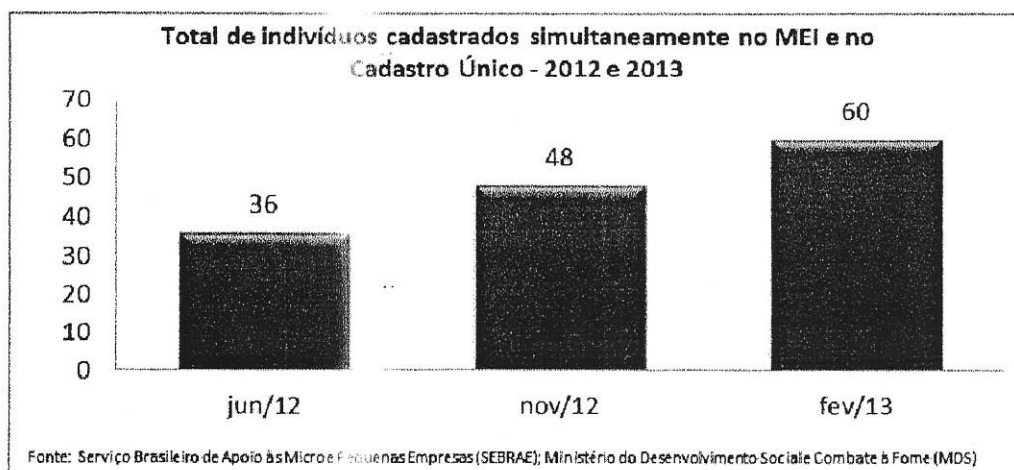


Além do BPC, a Assistência Social desenvolve diversos tipos de programas, ações e atendimentos, especialmente considerando seus espaços institucionais, como é o caso dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). O gráfico abaixo apresenta os principais indicadores de atendimento nesse âmbito considerando os dados coletados no Censo SUAS do MDS para o ano de 2012:

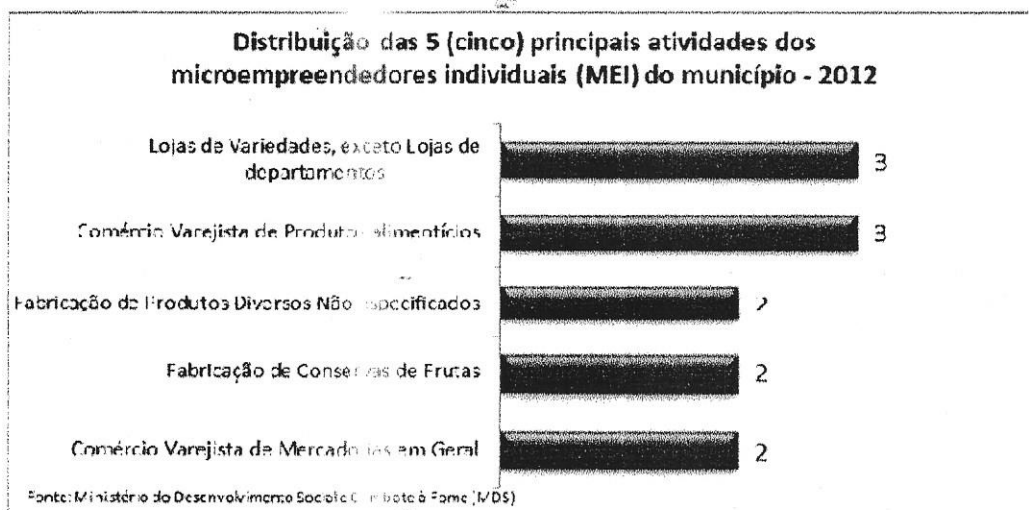


Inclusão Produtiva

Além dos aspectos de cadastramento no Cadastro Único, no Bolsa Família e de atendimento sócio assistencial, é importante analisar, também, o perfil ocupacional dos indivíduos que fazem parte desse conjunto. Para isso, foram analisados os dados mais atualizados do programa de Microempreendedores Individuais (MEI). Em fevereiro de 2013, o município contava com 101 pessoas cadastradas como MEI. Desse total, foi possível encontrar, também, indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único. O gráfico abaixo mostra a evolução do total destes indivíduos, que estão cadastrados tanto no Cadastro Único, quanto no MEI, para os meses de junho de 2012, novembro de 2012 e fevereiro de 2013:



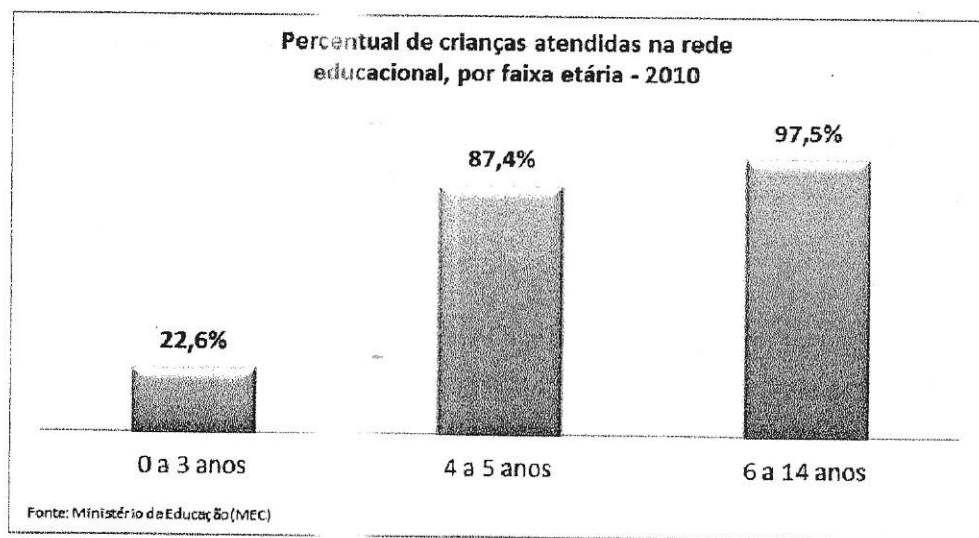
Quando consideramos os indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único e no programa MEI, foi possível observar, para o seu município as 5 (cinco) principais atividades econômicas por eles desenvolvidas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Educação

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 26,4%. Na área urbana, a taxa era de 22,9% e na zona rural era de 31,9%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 10,2%.

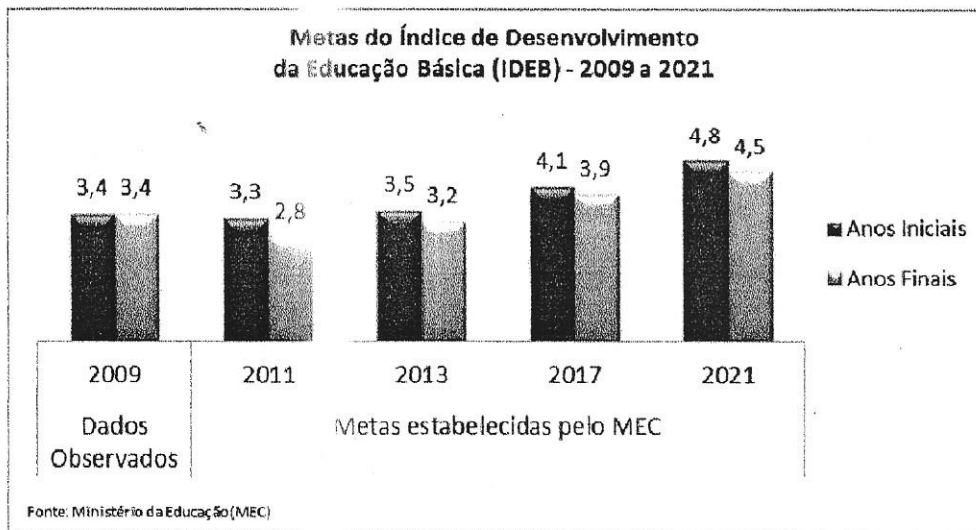
No que concerne à taxa de atendimento da rede educacional do município, os dados do Censo foram calculados por faixa etária, conforme se observa no gráfico abaixo:



Além dos dados situacionais de percentual de atendimento escolar do ano de 2010, foram calculadas, também, metas de atendimento para os próximos anos relativos ao seu município. A tabela abaixo apresenta essas metas:

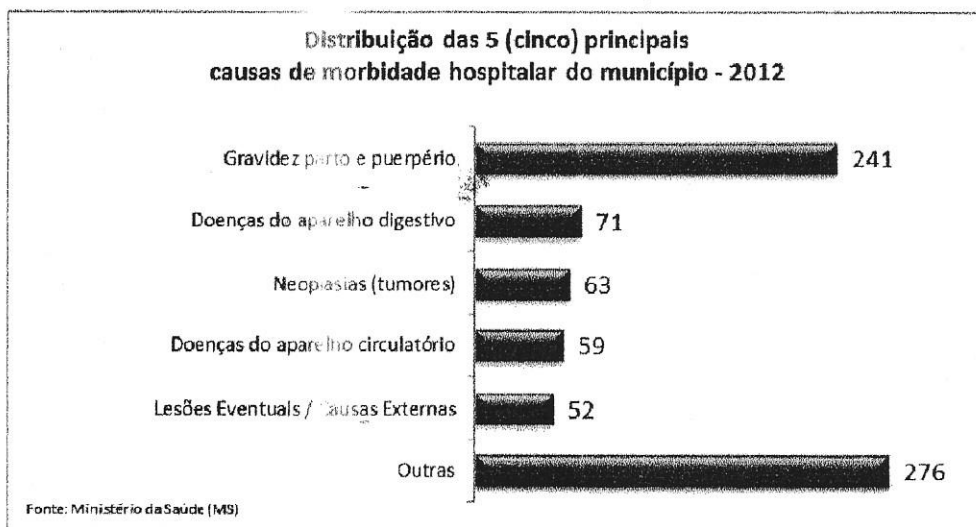
Metas de atendimento de crianças na rede educacional – 2012 a 2020			
	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos
2012	27,1%	94,4%	97,9%
2014	32,0%	97,6%	98,2%
2016	37,4%	99,0%	98,5%
2018	43,1%	99,0%	98,8%
2020	49,0%	99,0%	99,0%

Além das metas de atendimento, foram calculadas, também, metas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), conforme se observa no gráfico abaixo:



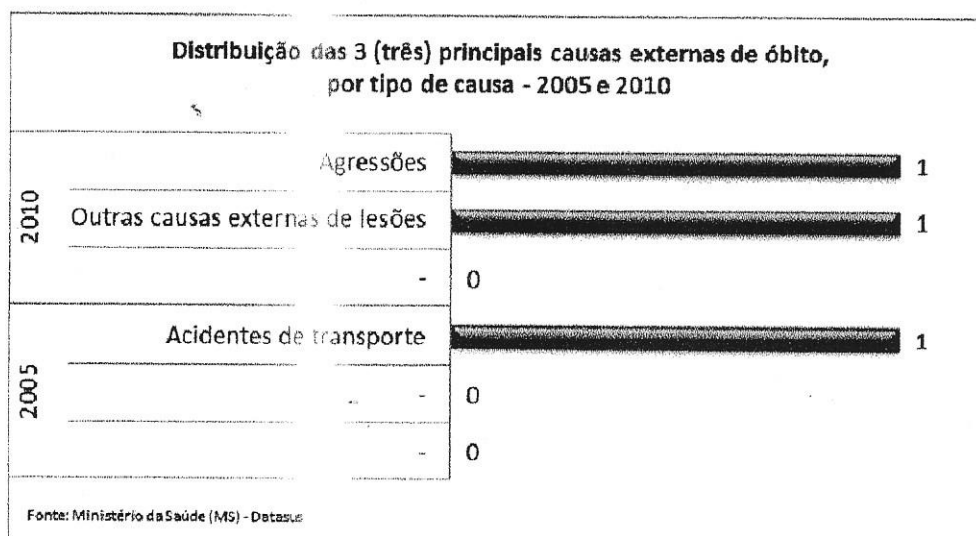
Saúde

Os dados do Ministério da Saúde são importantes para diagnosticar a situação da área no seu município. No tocante à mortalidade infantil, o número de óbitos infantis foi de 1 criança, ao passo que no Estado o número de óbitos infantis foi de 1.725 crianças e a taxa de mortalidade infantil foi de 13,41 crianças a cada mil nascimentos. No que concerne à morbidade hospitalar, as 5 (cinco) principais causas de internação são as listadas no gráfico abaixo:

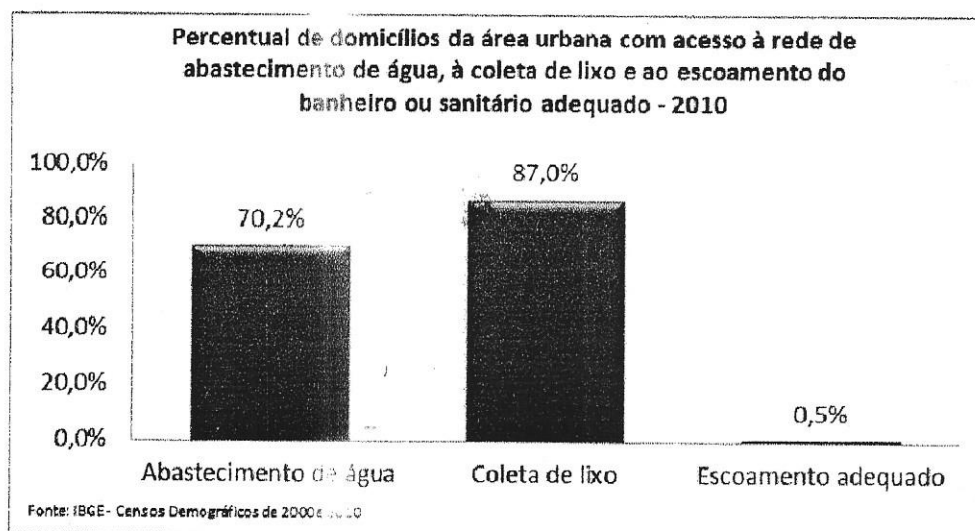


Além da morbidade hospitalar, é importante, também, assinalar as principais causas externas de óbito relatadas pelo município. De acordo com o Censo Demográfico 2010, o total da população de 15 a 29 anos era de 5.692 indivíduos, sendo que 05 faleceram em função de eventos e/ou causas externas.

Quando analisamos de maneira mais detida essas informações, notamos que as causas de morte variam por município. No município, as 3 (três) principais causas externas de óbito dos indivíduos na faixa etária de 15 a 29 anos são, de acordo com dados do Ministério da Saúde, as que seguem no gráfico abaixo, tomando por base os anos de 2005 e 2010:



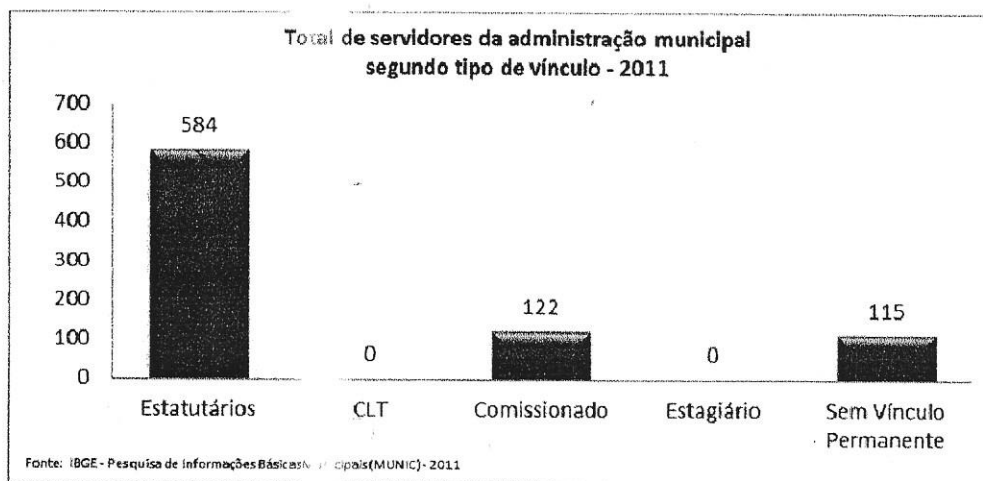
Por fim, é importante ressaltar as condições de saneamento e serviços correlatos do município, que interferem nas condições de saúde da população. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na **área rural** do seu município, a coleta de lixo atendia 92,7% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso nessa área estava em 51,1% dos domicílios particulares permanentes e 10,1% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado. No caso da **área urbana**, o gráfico abaixo fornece a distribuição desses serviços para os domicílios particulares permanentes:



Aspectos de Gestão Municipal

Recursos Humanos

A Administração Municipal conta com 821 servidores, entre os quais 71,1% são estatutários. Entre 2009 e 2010 o município realizou concurso público.

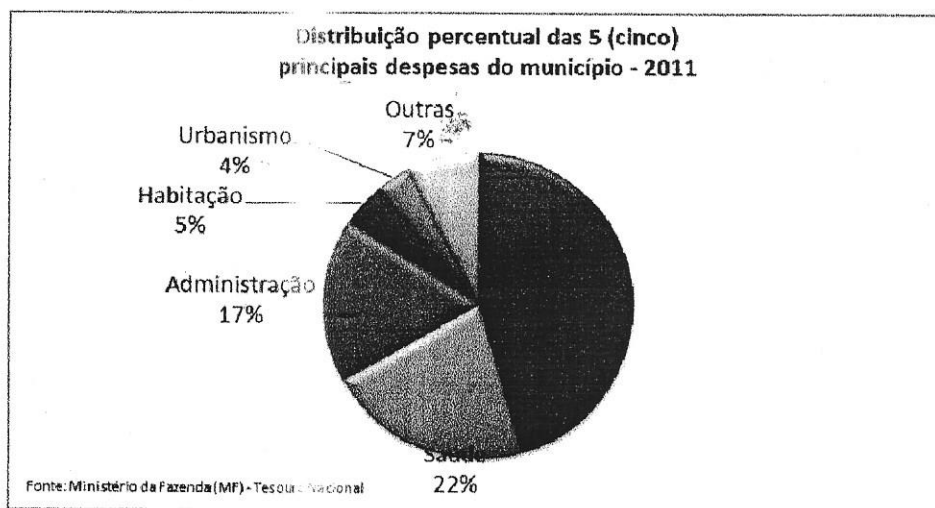


Finanças públicas

A receita orçamentária do município passou de R\$ 13,5 milhões em 2005 para R\$ 23,1 milhões em 2011, o que retrata uma alta de 71,7% no período ou 14,48% ao ano.

A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 6,40% em 2005 para 4,52% em 2011, e quando se analisa todos os municípios juntos do estado, a proporção aumentou de 20,87% para 14,51%.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) diminuiu no município, passando de 44,27% da receita orçamentária em 2005 para 39,51% em 2011. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do Estado, que ficou em 26,98% em 2011.



As despesas com educação, administração, saúde, urbanismo e comércio e serviços foram responsáveis por 86,51% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 3,07% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 4,41%.

Orientações Estratégicas

Os programas e iniciativas do Plano Plurianual para o período 2014 - 2017 devem ser voltados para a melhoria da qualidade de vida da população de Chorozinho, de tal modo que seus resultados ampliem as possibilidades de acesso aos serviços sociais básicos (educação, saúde, moradia, assistência social, desporto e lazer) e o direito à cidade e aos serviços públicos essenciais de qualidade, observadas as orientações a seguir:

- promover a educação de qualidade como instrumento de desenvolvimento social, por meio da democratização do acesso e permanência do aluno na escola em tempo integral com sucesso, redução do índice de analfabetismo, aprimoramento do processo pedagógico, capacitando os recursos humanos, e aperfeiçoando o processo de gestão da educação do Município;
- assegurar a universalização do serviço de saúde garantindo à população a atenção básica, beneficiando famílias com saúde e prevenção de doenças, a atenção de média e alta complexidade, garantindo o atendimento ambulatorial, hospitalar e especializado, ações de vigilância sanitária, ambiental e epidemiológica, assistência farmacêutica e capacitação dos profissionais da saúde;
- apoiar a prática do desporto como forma de inclusão social e melhoria da qualidade de vida, incentivando o desporto comunitário e assegurando a participação dos atletas de rendimento do Município em competições oficiais;
- aprimorar os serviços de assistência social, habitação e trabalho, objetivando o desenvolvimento social no sentido de amparar e proteger as pessoas no atendimento das necessidades básicas, especialmente a população em situação de vulnerabilidade social decorrente da privação ou ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos, com vínculos familiares, comunitários e de pertencimento fragilizados e que vivenciam situações de discriminação étnica, de gênero ou por deficiências, entre outros;
- aperfeiçoar as condições de infra-estrutura, urbanismo, saneamento básico, serviços públicos essenciais, proporcionando aos munícipes a adequada habitabilidade e deslocamento, e o desenvolvimento urbano de maneira racional e equilibrada;
- fomentar a agricultura e a pecuária de forma sustentável, tornando a produção, distribuição e comercialização otimizada e em equilíbrio com os recursos hídricos e naturais;
- promover a gestão ambiental integrada, descentralizada e participativa, de modo a garantir a proteção e a preservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais, com vistas a garantir qualidade de vida a população;
- criar condições para o desenvolvimento do turismo, como forma de crescimento econômico, incentivando e fomentando o turismo religioso, promovendo a urbanização do entorno da estátua do menino Jesus;
- apoiar as oportunidades de trabalho e de melhoria de renda da população, através do desenvolvimento articulado dos programas de capacitação profissional com as políticas de turismo e cultura e da intermediação junto ao setor produtivo e o desenvolvimento do associativismo e cooperativismo.

Macroobjetivos

Os macroobjetivos articulados aos programas norteiam a estrutura do PPA 2014 – 2017 e estão diretamente relacionados às orientações estratégicas conforme a seguir especificados:

- execução dos serviços de saúde de qualidade, com atenção especial à saúde básica, prevenção de doenças, serviços especializados, universalizando a cobertura e o acesso ao atendimento, tendo como beneficiários o indivíduo, os núcleos familiares e a comunidade com ações e serviços de promoção da saúde, de prevenção de doenças e agravos, prestando uma assistência integral e contínua, não mais centrada na doença mas na vigilância à saúde;
- democratização do acesso da criança e do adolescente à escola, em condições de permanência com sucesso;
- melhoria da qualidade do ensino no Município, aprimorando o processo pedagógico, capacitando os recursos humanos do magistério e criando condições de trabalho compatíveis com o padrão educacional exigido;
- aperfeiçoamento do processo de gestão escolar, modernizando os fluxos de informações e capacitando os gestores escolares no tocante ao gerenciamento pedagógico e administrativo das escolas;
- apoio ao desenvolvimento do esporte em todas as modalidades, inclusive aos atletas de alto rendimento, melhorando e ampliando a infra-estrutura esportiva do Município;
- apoio às manifestações culturais e a artistas locais, incentivando, também, o fortalecimento do artesanato;
- desenvolvimento da infra-estrutura urbana com intervenções que não afetem o meio ambiente, respeitando o planejamento urbano e as diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano;
- qualificação de mão-de-obra, disponibilizando força de trabalho capacitada para os novos empreendimentos implantados, a exemplo do distrito industrial;
- garantia do acesso aos direitos de proteção básica para as famílias, indivíduos em situação de vulnerabilidade social;
- favorecimento de proteção social especial para as pessoas cujos direitos tenham sido violados, e com os vínculos familiares ou comunitários fragilizados ou rompidos;
- potencialização do exercício da cidadania, com a defesa dos direitos sociais e institucionais, mediante o fortalecimento dos mecanismos de controle social e a participação popular na gestão pública, contribuindo para o desenvolvimento e consolidação de uma cultura cidadã;
- promoção do acesso da população de baixa renda à melhoria habitacional;
- garantia do direito humano básico à alimentação adequada de forma socialmente justa, especialmente às pessoas com carência nutricional decorrente da situação de vulnerabilidade social;
- expansão do saneamento básico como fator de saúde pública e indutor do processo de desenvolvimento do turismo;
- preservação da memória e do acervo cultural e arquitetônico do Município;

- urbanização de áreas prioritárias para a potencialização e consolidação do turismo como vocação natural e estratégica do desenvolvimento do Município, desenvolvendo o potencial turismo religioso;
- assistência ao pequeno agropecuarista, com o apoio técnico, transferência de tecnologia e de insumos necessários ao desenvolvimento da agropecuária;
- proteção, preservação e educação ambiental associados à revitalização dos recursos naturais, como indutor da melhoria da qualidade de vida



ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL DE CHOROZINHO

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITA

Receitas Realizadas 2011/2012, Revisada 2013 e Estimadas 2014/2017

R\$ 1,00

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Receitas Correntes	31.214.481	33.334.385	35.764.076	39.756.020	44.268.130	49.300.300	54.911.400
Receitas Tributárias	904.540	936.676	967.780	1.074.300	1.197.900	1.335.600	1.489.200
Impostos	834.013	876.943	917.780	1.018.800	1.136.000	1.266.600	1.412.200
IPTU	24.637	40.988	40.000	44.400	49.500	55.200	61.500
ITBI	40.339	33.170	30.500	33.900	37.800	42.100	47.000
ISS	383.331	322.871	350.000	388.500	433.200	483.000	538.500
Transf. do IRRF	385.706	479.914	497.280	552.000	615.500	686.300	765.200
Taxas	70.527	59.733	50.000	55.500	61.900	69.000	77.000
Receitas de Contribuições	996.586	1.243.352	1.310.400	1.454.600	1.622.300	1.808.850	2.016.800
Contribuição do Servidor para RPPS	772.477	1.025.409	1.090.400	1.210.400	1.350.000	1.505.250	1.678.300
Contribuição para Iluminação Pública	224.109	217.943	220.000	244.200	272.300	303.600	338.500
Receita Patrimonial	457.084	809.539	390.000	432.900	482.700	538.200	600.400
Remuneração de Depósitos Bancários	217.164	183.094	185.000	205.350	229.000	255.300	285.000
Remuneração Investimento RPPS	239.920	626.445	205.000	227.550	253.700	282.900	315.400
Receita de Serviços	0	0	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Transferências Correntes	28.754.258	30.290.356	33.010.396	36.698.620	40.860.730	45.502.150	50.677.200
Transferências da União	16.221.053	16.951.162	18.465.200	20.496.450	22.853.950	25.482.050	28.411.800
Cota-parte do FPM	12.011.193	12.355.857	13.577.200	15.070.700	16.803.800	18.736.200	20.890.800
Cota-parte do ITR	6.847	7.231	6.000	6.600	7.400	8.250	9.200
Fundo Especial do Petróleo	151.226	181.811	180.000	199.800	222.800	248.400	277.000
Cota-parte do Royalties - Comp. Fin. Prod.	13.445	13.294	15.000	16.650	18.600	20.700	23.000
Comp. Financeira Recursos Minerais	7.106	13.020	27.000	30.000	33.450	37.300	41.600
Transferências Financeiras LC 87/96	11.894	13.760	15.000	16.650	18.600	20.700	23.000
Transferências de Recursos do SUS	2.644.604	2.897.905	3.075.000	3.413.250	3.805.800	4.243.500	4.731.500
Transferências de Recursos do FNAS	391.213	384.660	400.000	444.000	495.000	552.000	615.500
Transferências de Recursos do FNDE	629.892	646.477	650.000	721.500	804.800	897.300	1.000.000
Contribuição do Salário Educação	313.490	358.234	430.000	477.300	532.200	593.400	661.600
Outras Transferência da União	40.143	78.913	90.000	100.000	111.500	124.300	138.600
Transferências dos Estados	2.674.175	3.386.203	3.492.000	3.877.120	4.321.850	4.818.900	5.373.400
Cota-parte IPVA	188.204	231.606	250.000	277.500	309.400	345.000	385.000
Cota-parte ICMS	2.412.049	3.112.519	3.200.000	3.552.000	3.960.500	4.416.000	4.924.000
Cota-parte do IPI-ex	13.025	11.345	12.000	13.320	14.850	16.500	18.400
Cota-parte da CIDE	57.568	30.733	30.000	33.300	37.100	41.400	46.000
Cota-parte Royalties Petróleo	0	0	0	0	0	0	0
Outras Participações na Receita do Estado	3.329	0	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Transferências dos Municípios	0	0	0	0	0	0	0
Transferências Multigovernamentais	9.589.130	9.613.997	10.653.196	11.825.050	13.184.930	14.701.200	16.392.000
Transferências do FUNDEB	9.589.130	9.613.997	10.653.196	11.825.050	13.184.930	14.701.200	16.392.000
Transferências de Instituições Privadas	0	0	0	0	0	0	0
Transferências de Convênios	269.900	338.994	400.000	500.000	500.000	500.000	500.000
Outras Receitas Correntes	102.013	54.462	84.500	94.600	104.500	115.500	127.800
Multas e Juros de Mora Tributos	0	1.596	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Multas Previstas na Legislação do trânsito	0	0	3.500	5.000	5.000	5.000	5.000
Multas de Outras Origens	7.250	0	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Receitas da Dívida Ativa	45.496	39.680	60.000	66.600	74.200	82.700	92.200
Indenizações e Restituições	47.754	12.955	18.000	20.000	22.300	24.800	27.600
Outras Receitas	1.513	231	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Receitas de Capital	2.137.454	2.254.480	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000
Aliciação de Bens	0	0	0	0	0	0	0
Operações de Crédito Internas	0	0	0	0	0	0	0
Transferências de Convênios	2.137.454	2.254.480	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000
Receitas Intra-orçamentárias Correntes	1.130.162	1.171.639	1.400.000	1.554.000	1.732.700	1.932.000	2.154.200
Deduções para Formação do FUNDEF	-2.840.724	-3.041.468	-3.412.040	-3.787.354	-4.222.910	-4.708.530	-5.250.080
TOTAL GERAL DA RECEITA	31.641.373	33.719.036	38.752.036	42.522.666	46.777.920	51.523.770	56.815.520
Receita Financeira	457.084	809.539	390.000	432.900	482.700	538.200	600.400
RECEITA PRIMÁRIA	31.184.289	32.909.497	38.362.036	42.089.766	46.295.220	50.985.570	56.215.120
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	27.601.280	29.267.508	31.261.636	34.758.266	38.695.220	43.086.520	47.983.020

Fonte: Balanço Geral 2011/2012 e Projeções

METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS

Para definição dos valores de 2011 a 2012 foram consideradas as receitas efetivamente arrecadadas, conforme dados de Balanços Gerais do Município.

Para o exercício de 2013 foi considerado um crescimento vegetativo tendo como média os três últimos exercícios e uma arrecadação de transferências de convênios com base nas emendas de bancada e individuais aos orçamentos da União e do Estado, e transferências voluntárias.

Os exercícios de 2014 a 2017, tiveram como premissas, metodologia consagrada em projeções orçamentárias, utilizando os seguintes agregados econômicos: Crescimento do PIB Estadual (%) 4,5 em 2014 e 5,0 em 2015/17 ao ano; Inflação média (%) IPCA = 4,5 ao ano; Modernização dos Procedimentos de Arrecadação (%) = 2,0 ao ano.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOROZINHO

PPA

2014-2017

DIMENSÃO TÁTICA
ANEXO I - Demonstrativo dos Programas
Temáticos

ANEXO I – DEMONSTRATIVO DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS

Programa: 0201 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde do Município

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Cobertura de equipes de agentes comunitários	%	2012	*
Cobertura de equipes de saúde bucal	%	2012	*
Cobertura de equipes de saúde da família	%	2012	*
Taxa de mortalidade infantil	1/1.000	2012	*
Número de Academias de Saúde implantadas	Unidade	2012	*
Razão de mortalidade materna	1/100.000	2012	*
Índice de Desempenho da Saúde Suplementar(IDSS)	%	2012	*
Índice de estruturação de rede de urgência e emergência	%	2012	*
Índice de implantação de Centros de Atenção Psicossocial	%	2012	*
Índice de implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO)	%	2012	*
Taxa incidência de dengue	1/100.000	2012	*
Taxa de vigilância da qualidade de alimentos para consumo humano	%	2012	*

* Índice não apurado ou inexistente para o ano de referência

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	5.441.797	18.000.000
Despesas Correntes	4.441.797	15.000.000
Despesas de Capital	1.000.000	3.000.000
Valores Globais	5.441.797	18.000.000
	23.441.797	

Objetivo: 001 - Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde.

Órgão Responsável: Secretaria de Saúde

Metas 2014 – 2017

- . Reformar unidades básicas de saúde
- . Reparar unidades básicas de saúde e equipar novas unidades
- . Implantar unidades básicas de saúde
- . Implantar núcleo de apoio à saúde da família
- . Ampliar as equipes de saúde da família, passando a atender 100% das famílias até 2017
- . Ampliar, reformar e equipar o hospital municipal
- . Ampliar, reformar e equipar unidades de média complexidade ambulatorial
- . Garantir o atendimento de qualidade nos serviços de atenção básica das unidades de saúde do Município
- . Garantir o atendimento de qualidade nos serviços de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar

Iniciativas

- . 0001 - Ampliação e Melhoria da Rede Física de Atenção Básica de Saúde
- . 0002 - Atenção à Saúde nas Unidades Básicas de Saúde do Município
- . 0003 - Atenção à Saúde nos Serviços de Média Complexidade Ambulatoriais e Hospitalares do Município
- . 0004 - Atenção à Saúde nos Serviços Alta Complexidade em Unidades Conveniadas
- . 0005 - Atenção à Saúde Bucal no Município
- . 0006 - Ampliação e Melhoria da Rede Física de Média Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Objetivo: 002 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Órgão Responsável: Secretaria de Saúde

Metas 2014 – 2017

- . Prevenir e controlar os riscos oriundos da produção, comercialização e uso de bens e serviços mediante o monitoramento do risco sanitário, o controle sanitário e a regulamentação e regulação sanitária
 - . Implantar Academias de Saúde
-

Iniciativas

- . 0007 - Promoção e Vigilância em Saúde
- . 0008 - Implantação de Academias de saúde

Objetivo: 003 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência das drogas.

Órgão Responsável: Secretaria de Saúde

Metas 2014 – 2017

- . Implementar políticas sobre drogas para a redução de dependência química e de outras drogas
-

Iniciativas

- . 0009 - Implantação do CAPS tipo I
- . 0010 - Implantação do CAPS AD

Objetivo: 004 - Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde.

Órgão Responsável: Secretaria de Saúde

Metas 2014 – 2017

- . Garantir o funcionamento dos Conselhos Municipais, assegurando recursos orçamentários específicos no orçamento do órgão gestor.
-

Iniciativas

- . 0011 - Funcionamento do Conselho Municipal de Saúde

Programa: 0202 - Educação Básica

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
IDEB do ensino fundamental - anos finais	Unidade	2012	*
Percentual da população com 15 anos que conclui o ensino fundamental	%	2012	*
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais	%	2012	*
Taxa de escolarização líquida no ensino fundamental de 9 anos (6 a 14 anos)	%	2012	*
Taxa de frequência à creche - população de 0 a 3 anos)	%	2012	*
Taxa de frequência à escola - população de 4 a 5 anos)	%	2012	*
Taxa de frequência à escola - população de 6 a 14 anos)	%	2012	*
Taxa de abandono - 9º ano do ensino fundamental	%	2012	*
Taxa de aprovação - 9º ano do ensino fundamental	%	2012	*

* Índice não apurado ou inexistente para o ano de referência

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	18.171.491	60.000.000
Despesas Correntes	15.671.491	52.500.000
Despesas de Capital	2.500.000	7.500.000
Valores Globais	18.171.491	60.000.000
	78.171.491	

Objetivo: 001 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino.

Órgão Responsável: Secretaria de Educação

Metas 2014 - 2017

- . Ampliar a área física, reformar e equipar unidades escolares
- . Construir e implantar unidades escolares
- . Construir centro de educação
- . Implantar e reformar infraestrutura esportiva em unidades escolares
- . Construção e ampliação de laboratórios de informática em unidades escolares
- . Garantir o transporte escolar dos alunos da educação básica
- . Garantir o apoio ao estudante ao ensino médio
- . Garantir o apoio financeiro para manutenção de unidades da educação básica
- . Assegurar a alimentação escolar a todos os alunos da educação básica

- . Garantir o funcionamento das unidades escolares da rede municipal, assegurando os insumos indispensáveis aos desenvolvimento da aprendizagem em todas as etapas e modalidades de ensino da educação básica
- . Proporcionar formação continuada para professores e gestores de unidades escolares

Iniciativas

. 0001 - Ampliação e melhoria da rede física escolar pública e manutenção e funcionamento das escolas, garantindo o atendimento das demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica

Objetivo: 002 - Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando o desenvolvimento da Educação Básica.

Órgão Responsável: Secretaria de Educação

Metas 2014 – 2017

. Garantir o funcionamento dos Conselhos Municipais, assegurando recursos orçamentários específicos no orçamento do órgão gestor.

Iniciativas

. 0002 - Funcionamento do Conselho Municipal de Educação

Programa: 0203 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Percentual de CRAS com IDCRAS igual ou superior a 6	%	2012	*
Percentual de CREAS com atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (MSE)	%	2012	*
Percentual de CREAS com atendimento para mulheres em situação de violência	%	2012	*
Percentual de CREAS com oferta de serviço especializado em abordagem social	%	2012	*
Taxa anual de concessão do BPC	%	2012	*
Taxa de Trabalho Infantil	%	2012	*

* Índice não apurado ou inexistente para o ano de referência

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	1.200.000	4.600.000
Despesas Correntes	1.000.000	4.000.000
Despesas de Capital	200.000	600.000
Valores Globais	1.200.000	4.600.000
	5.800.000	

Objetivo: 001 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica, assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica.

Órgão Responsável: Secretaria de Assistência Social

Metas 2014 – 2017

- . Garantir o atendimento de 1.599 famílias pelo Programa de Atendimento Integral às Famílias - PAIF
- . Ampliar a cobertura de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para toda as faixas etárias dos serviços tipificados
- . Implantar Centro de Convivência da Pessoa Idosa
- . Garantir o atendimento de 100 idosos
- . Reformar e equipar unidades da rede de Proteção Social Básica
- . Construir Centro de Referência da Assistência Social
- . Assegurar a estruturação da rede de Proteção Social Básica
- . Erradicar o trabalho infantil através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI
- . Garantir o cadastro das famílias no Programa Bolsa Família

Iniciativas

- . 0001 - Ampliação, qualificação e manutenção dos serviços da Rede de Proteção Social Básica
- . 0002 - Estruturação da Rede de Proteção Social Básica
- . 0003 - Manutenção do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI
- . 0004 - Manutenção do Cadastro Único - IGD - Bolsa Família

Objetivo: 002 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados pela rede de prestação de serviços de média e alta complexidade..

Órgão Responsável: Secretaria de Assistência Social

Metas 2014 – 2017

- . Garantir e ampliar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para crianças e adolescentes, em situação de violência, com enfoque na proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária
- . Ampliar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para a população em situação de violência.
- . Atender crianças, adolescentes, indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, visando assegurar a defesa dos direitos socioassistenciais
- . Construir Centro de Referência Especializada da Assistência Social

Iniciativas

- . 0005 - Ampliação, qualificação, estruturação e manutenção dos serviços da Rede de Proteção Social Especial

Objetivo: 003 - Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação dos Benefícios da Prestação Continuada da Assistência Social e dos benefícios eventuais.

Órgão Responsável: Secretaria de Assistência Social

Metas 2014 – 2017

- . Atender com o benefício da prestação continuada idosos e pessoas com deficiência em situação de extrema pobreza
- . Conceder o benefício da prestação continuada para pessoas com deficiência em situação de extrema pobreza

Iniciativas

- . 0006 - Concessão de Benefícios Sócioassistenciais

Objetivo: 004 - Incentivar a inserção socioeconômica dos jovens de baixa renda no mercado de trabalho competitivo através de formação profissional. Oferecer aos jovens de 15 a 17 anos oportunidades socioeducativas para criar condições de inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

Órgão Responsável: Secretaria de Assistência Social

Metas 2014 – 2017

- . Garantir a qualificação de 117 jovens visando a inserção no mercado de trabalho

Iniciativas

- . 0007 - Manutenção do Programa Projovem

Objetivo: 0005 - Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social.

Órgão Responsável: Secretaria de Assistência Social

Metas 2014 – 2017

- . Garantir o funcionamento dos Conselhos Municipais, assegurando recursos orçamentários específicos no orçamento do órgão gestor.
- . Realizar conferências, campanhas e eventos de Defesa Social e Institucional
- . Gerenciar e avaliar o desenvolvimento do Sistema Único de Assistência Social

Iniciativas

- . 0008 - Assegurar o funcionamento dos conselhos municipais de Assistência Social

Programa: 0204 - Trabalho, Emprego e Renda

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Trabalhadores beneficiados pela concessão de crédito	número	2012	*
Ocupações geradas com empreendimentos econômicos apoiados	número	2012	*
Trabalhadores capacitados inseridos no mercado de trabalho	número	2012	*

* Índice não apurado ou inexistente para o ano de referência

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	60.000	180.000
Despesas Correntes	50.000	150.000
Despesas de Capital	10.000	30.000
Valores Globais	60.000	180.000
	240.000	

Objetivo: 001 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda através do apoio a pequenos negócios.

Órgão Responsável: Secretaria de Assistência Social

Metas 2014 – 2017

- . Qualificar e requalificar trabalhadores
- . Garantir a qualificação profissional e a intermediação de jovens para o trabalho

Iniciativas

- . 0001 - Qualificação Profissional, Capacitação e Intermediação para o Trabalho

Programa: 0205 - Promoção dos Direitos da Criança e Adolescentes

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho	unidade	2012	*
Índice de homicídios na adolescência(a cada mil adolescentes)	1/1.000	2012	*
Número de adolescentes internos no sistema socioeducativo	unidade	2012	*

* Índice não apurado ou inexistente para o ano de referência

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	150.000	450.000
Despesas Correntes	130.000	390.000
Despesas de Capital	20.000	60.000
Valores Globais	150.000	450.000
	600.000	

Objetivo: 001 - Promover os direitos da criança e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando seu direito de opinião e participação.

Órgão Responsável: Secretaria de Assistência Social

Metas 2014 – 2017

. Apoiar entidades de proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social

Iniciativas

. 0001 - Apoio às Ações do Fundo de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente

Objetivo: 002 - Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social

Órgão Responsável: Secretaria do Trabalho e Ação Social

Metas 2014 – 2017

. Garantir o funcionamento dos Conselhos Municipais, assegurando recursos orçamentários específicos no orçamento do órgão gestor.

Iniciativas

. 0002 - Assegurar o funcionamento do Conselho Tutelar

Programa: 0206 - Saneamento Básico

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Percentual de domicílios urbanos abastecidos por rede geral de distribuição de água	%	2012	*
Percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora de esgoto	%	2012	*
Percentual de domicílios urbanos servidos por fossas sépticas	%	2012	*

* Índice não apurado ou inexistente para o ano de referência

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	2.150.000	7.050.000
Despesas Correntes	150.000	450.000
Despesas de Capital	2.000.000	6.600.000
Valores Globais	2.150.000	7.050.000
	9.200.000	

Objetivo: 001 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento básico, por meio da ampliação e melhoria nos sistemas de abastecimento d'água e de esgotamento sanitário.

Órgão Responsável: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

Metas 2014 – 2017

- . Ampliar e melhorar em 100% o sistema de abastecimento d'água em domicílios urbanos e rurais
- . Ampliar e melhorar o sistema de esgotamento sanitário dos domicílios e beneficiar famílias com melhorias sanitárias domiciliares

Iniciativas

- . 0001 - Ampliação, melhoria e manutenção dos sistemas de abastecimento d'água e de esgotamento sanitário
- . 0002 - Construção de Kit's Sanitários

Programa: 0207 - Cultura: Promoção e Acesso

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Manifestações culturais apoiadas	número	2012	*
Oferta de equipamentos culturais	número	2012	*

* Índice não apurado ou inexistente para o ano de referência

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	500.000	1.400.000
Despesas Correntes	400.000	1.100.000
Despesas de Capital	100.000	300.000
Valores Globais	500.000	1.400.000
	1.900.000	

Objetivo: 001 - Apoiar as manifestações artísticas e culturais e projetos culturais de demandas espontâneas de pessoas físicas e jurídicas, de modo a incentivar o desenvolvimento da cultura local.

Órgão Responsável: Secretaria de Cultura e Turismo

Metas 2014 - 2017

- . Ampliação e Melhoria da Infraestrutura Cultural do Município
- . Apoiar às manifestações artísticas e da cultura local e premiar projetos culturais e artísticos

Iniciativas

- . 0001 - Apoio a Projetos de Demanda Espontânea dos Diversos Segmentos Artísticos e Culturais
- . 0002 - Construção, Ampliação e Melhoria de Equipamentos Culturais
- . 0003 - Manutenção do Fundo Municipal de Cultura

Programa: 0208 - Turismo Local

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Índice de satisfação do turista com infraestrutura, atrativos e serviços turísticos	número	2012	*

* Índice não apurado ou inexistente para o ano de referência

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	110.000	330.000
Despesas Correntes	100.000	300.000
Despesas de Capital	10.000	30.000
Valores Globais	110.000	330.000
	440.000	

Objetivo: 001 - Fomentar a atividade turística no Município através da ampliação e melhoria de equipamentos e manutenção e conservação dos atrativos naturais e religiosos.

Órgão Responsável: Secretaria de Cultura e Turismo

Metas 2014 – 2017

. Ampliar o desenvolvimento e ampliar as oportunidades turísticas.

Iniciativas

. 0001 - Promoção e Desenvolvimento do Turismo Local

Programa: 0209 - Esporte e Lazer

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Pessoas beneficiadas com ações de esporte	número	2012	*
Atleta de rendimento apoiado	número	2012	*

* Índice não apurado ou inexistente para o ano de referência

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orcamento Fiscal e da Seguridade Social	550.000	2.250.000
Despesas Correntes	350.000	1.350.000
Despesas de Capital	200.000	900.000
Valores Globais	550.000	2.250.000
	2.800.000	

Objetivo: 001 - Assegurar o acesso da população ao esporte e ao lazer, de modo a promover a cidadania, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida.

Órgão Responsável: Secretaria de Desporto e Juventude

Metas 2014 – 2017

- . Apoiar o desenvolvimento da prática de esportes e lazer, como forma de promoção da saúde, de inclusão social e da melhoria da qualidade de vida da população
- . Ampliar e melhorar a infraestrutura esportiva e de lazer, com a construção do estádio municipal, implantação de complexo poliesportivo e melhorar as quadras esportivas e campos de futebol

Iniciativas

- . 0001 - Apoio ao Desenvolvimento do Esporte
- . 0002 - Implantação e Melhoria da Infraestrutura de Esporte e Lazer
- . 0003 - Implantação de Complexo Poliesportivo
- . 0004 - Construção do Estádio Municipal

Programa: 0210 - Serviços Públicos

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Percentuas de vias urbanas com iluminação pública	%	2012	*

* Índice não apurado ou inexistente para o ano de referência

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	226.600	850.300
Despesas Correntes	206.600	790.300
Despesas de Capital	20.000	60.000
Valores Globais	226.600	850.300
	1.076.900	

Objetivo: 001 - Melhorar a qualidade dos serviços públicos essenciais prestados, por meio da expansão e melhoria da iluminação pública de vias urbanas e espaços públicos.

Órgão Responsável: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

Metas 2014 - 2017

. Ampliar e manter a iluminação pública de vias urbanas e espaços públicos

Iniciativas

. 0001 - Ampliação, Melhoria e Manutenção dos Serviços Iluminação Pública

Programa: 0211 - Habitação Social: Moradia Digna

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Déficit habitacional absoluto	unidade	2012	*
Déficit habitacional em áreas urbanas	unidade	2012	*
Déficit habitacional qualitativo - inadequação fundiária	unidade	2012	*

* Índice não apurado ou inexistente para o ano de referência

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	820.000	2.760.000
Despesas Correntes	20.000	60.000
Despesas de Capital	800.000	2.700.000
Valores Globais	820.000	2.760.000
	3.580.000	

Objetivo: 001 - Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão socioambiental.

Órgão Responsável: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

Metas 2014 – 2017

. Efetivar ações de urbanização de assentamentos precários, através da construção, reforma, melhoria e regularização urbanística e fundiária de habitações de interesse social

Iniciativas

- . 0001 - Implementação de urbanização de assentamentos precários, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura, regularização fundiária e inclusão social ambiental
- . 0002 - Construção, Ampliação e Reforma de Moradias Populares

Programa: 0212 - Desenvolvimento Urbano

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Obras de estruturação e requalificação urbana	número	2012	*

* Índice não apurado ou inexistente para o ano de referência

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orcamento Fiscal e da Seguridade Social	1.557.000	6.180.000
Despesas Correntes	57.000	180.000
Despesas de Capital	1.500.000	6.000.000
Valores Globais	1.557.000	6.180.000
	7.737.000	

Objetivo: 001 - Promover a revitalização e requalificação do Município por meio de intervenções estruturantes no sistema viário e em espaços públicos.

Órgão Responsável: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

Metas 2014 – 2017

- . Implantar e melhorar as vias do sistema viário
- . Urbanizar espaços públicos

Iniciativas

- . 0001 - Ampliação e melhoria de obras de infraestrutura viária
- . 0002 - Implantação e melhoria de obras de infraestrutura urbana

Programa: 0213 - Resíduos Sólidos

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Percentual de domicílios urbanos atendidos por coleta direta de resíduos sólidos	%	2012	*
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros sanitários	%	2012	*
Taxa de recuperação de material reciclável em relação a quantidade total coletada	%	2012	*
Número de cooperativas ou associações de catadores	%	2012	*

* Índice não apurado ou inexistente para o ano de referência

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	600.000	1.950.000
Despesas Correntes	500.000	1.800.000
Despesas de Capital	100.000	150.000
Valores Globais	600.000	1.950.000
	2.550.000	

Objetivo: 001 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços do sistema de coleta domiciliar urbano.

Órgão Responsável: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

Metas 2014 – 2017

. Ampliar e manter o sistema de coleta domiciliar de resíduos sólidos, de modo a atender a 100% dos domicílios da área urbana

Iniciativas

. 0001 - Melhoria e manutenção da coleta domiciliar de resíduos sólidos urbano

Programa: 0214 - Desenvolvimento Econômico

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Empregos gerados de empreendimentos implantados	número	2012	*
Empreendimentos implantados	número	2012	*

* Índice não apurado ou inexistente para o ano de referência

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	160.000	110.000
Despesas Correntes	10.000	10.000
Despesas de Capital	150.000	100.000
Valores Globais	160.000	110.000
	270.000	

Objetivo: 001 - Promover ações de fortalecimento da política de atração de empreendimentos, de modo a elevar o nível de emprego e renda no Município.

Órgão Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Metas 2014 – 2017

- . Apoiar e fomentar a instalação de unidades industriais, comerciais e prestadoras de serviços
- . Apoiar o desenvolvimento de produtores familiares

Iniciativas

- . 0001 - Implantação do Distrito Industrial

Programa: 0215 - Desenvolvimento da Agricultura

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Programas mantidos	número	2012	*
Famílias apoiadas	número	2012	*

* Índice não apurado ou inexistente para o ano de referência

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	160.000	530.000
Despesas Correntes	100.000	350.000
Despesas de Capital	60.000	180.000
Valores Globais	160.000	530.000
	690.000	

Objetivo: 001 - Promover ações de fortalecimento dos programas de agricultura e pecuária no Município.

Órgão Responsável: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Metas 2014 – 2017

- . Apoiar e fomentar a atividade agropecuária
- . Apoiar o desenvolvimento de produtores familiares

Iniciativas

- . 0001 - Desenvolvimento de Programas de Promoção Agropecuária
- . 0002 - Construção, Ampliação e Reforma de Açudes, Barragens, Poços, Cisternas e Infraestrutura Agropecuária

Programa: 0214 - Previdência Social

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Taxa de resolutividade	%	2012	100
Taxa de cobertura previdenciária	%	2012	100

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2014 - 2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	800.000	2.700.000
Despesas Correntes	800.000	2.700.000
Despesas de Capital	0	0
Valores Globais	800.000	2.700.000
	6.600.000	

Objetivo: 001 - Promover o reconhecimento dos direitos do segurado e garantir o pagamento dos benefícios previdenciários previstos no RPPS.

Órgão Responsável: Fundo de Previdência Social

Metas 2014 – 2017

. Atender a 100% dos benefícios previdenciários do segurado com direito reconhecido

Iniciativas

. 0001 Pagamento de Benefícios Previdenciários do RPPS



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOROZINHO

PPA

2014-2017

DIMENSÃO TÁTICA
ANEXO II - demonstrativo dos Programas
de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado

ANEXO II – PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO

Programa: 0101 – Atuação Legislativa da Câmara de Vereadores

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	1.554.270	5.793.640
Despesas Correntes	1.544.270	5.763.640
Despesas de Capital	10.000	30.000
Valores Globais	1.554.270	5.793.640
	7.347.910	

Programa: 0102 – Programa de Gestão e Manutenção do Gabinete da Prefeita

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	1.000.000	3.360.000
Despesas Correntes	980.000	3.300.000
Despesas de Capital	20.000	60.000
Valores Globais	1.000.000	3.360.000
	4.360.000	

Programa: 0103 – Programa de Gestão e Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	180.000	600.000
Despesas Correntes	160.000	540.000
Despesas de Capital	20.000	60.000
Valores Globais	180.000	600.000
	780.000	

Programa: 0104 – Programa de Gestão e Manutenção da Controladoria Geral

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	260.000	900.000
Despesas Correntes	240.000	840.000
Despesas de Capital	20.000	60.000
Valores Globais	260.000	900.000
	1.160.000	

Programa: 0105 – Programa de Gestão e Manutenção da Procuradoria Geral do Município

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	350.000	1.230.000
Despesas Correntes	340.000	1.200.000
Despesas de Capital	10.000	30.000
Valores Globais	350.000	1.230.000
	1.580.000	

Programa: 0106 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Administração

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	900.000	3.090.000
Despesas Correntes	870.000	3.000.000
Despesas de Capital	30.000	90.000
Valores Globais	900.000	3.090.000
	3.990.000	

Programa: 0107 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Finanças

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	620.000	2.160.000
Despesas Correntes	600.000	2.100.000
Despesas de Capital	20.000	60.000
Valores Globais	620.000	2.160.000
	2.780.000	

Programa: 0108 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	1.600.000	6.000.000
Despesas Correntes	1.400.000	5.400.000
Despesas de Capital	200.000	600.000
Valores Globais	1.600.000	6.000.000
	7.600.000	

Programa: 0109 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	320.000	1.140.000
Despesas Correntes	300.000	1.080.000
Despesas de Capital	20.000	60.000
Valores Globais	320.000	1.140.000
	1.460.000	

Programa: 0110 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	340.000	1.200.000
Despesas Correntes	300.000	1.080.000
Despesas de Capital	40.000	120.000
Valores Globais	340.000	1.200.000
	1.540.000	

Programa: 0111 – Programa de Gestão dos Programas de Educação e Vinculados

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	1.400.000	4.200.000
Despesas Correntes	1.300.000	3.900.000
Despesas de Capital	100.000	300.000
Valores Globais	1.400.000	4.200.000
	5.600.000	

Programa: 0112 – Programa de Gestão dos Programas de Saúde e Vinculados

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	1.800.000	5.400.000
Despesas Correntes	1.700.000	5.100.000
Despesas de Capital	100.000	300.000
Valores Globais	1.800.000	5.400.000
	7.200.000	

Programa: 0113 – Programa de Gestão dos Programas de Assistência Social e Vinculados

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	840.000	2.996.700
Despesas Correntes	800.000	2.876.700
Despesas de Capital	40.000	120.000
Valores Globais	840.000	2.996.700
	3.836.700	

Programa: 0114 – Previdência de Inativos e Pensionistas do RPPS

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	130.000	430.000
Despesas Correntes	120.000	400.000
Despesas de Capital	10.000	30.000
Valores Globais	130.000	430.000
	560.000	